Educação a distância

Lúcia Maria Sampaio Pinto

Professora e diretora-geral da Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte

A educação a distância (EAD) realiza uma revolução em todo o mundo e, aqui no Brasil, traz o futuro para o presente. Já são mais de 1 milhão de alunos matriculados nas diversas instituições no país e várias tecnologias que utilizam internet, transmissão por satélite, videoconferência, webcast, blackboard e telefonia. Tudo isto com uma única função: ensinar. Estamos diante de um novo paradigma já previsto pelo educador Paulo Freire: o aluno é o sujeito no processo de aquisição do conhecimento. Isto significa dizer que a ordem dos fatores foi alterada para mudar o resultado. Na EAD, mais do que nunca, o aluno deve assumir o papel de agente ativo.

Hoje, vivemos uma verdadeira avalanche de novas possibilidades e oportunidades propiciadas pela EAD. Tudo isto começou no Brasil, em 1904, com os pioneiros cursos por correspondência. De lá para cá, a tecnologia produziu um novo mundo, uma nova sociedade, com novas pessoas e novos alunos. A partir da década de 1990, a internet se espalhou pelo mundo, transformando a sociedade. Auxiliada pela proliferação e popularização dos satélites, que permitem transmissões em tempo real, as comunidades foram interligadas de modo irrefutável. A geração de 1980 é formada por jovens totalmente habituados a estas tecnologias, fazendo computadores, internet e transmissões via satélite parte do cotidiano. Já a geração de 1990, mais do que o hábito com a tecnologia, tem a necessidade dela. A legislação sobre EAD também já existe e está amadurecida. A Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – reestruturou conceitos do processo educacional, criando novas modalidades de ensino. A LDB estabeleceu a possibilidade de utilizar recursos de telecomunicações e internet para democratizar a educação, oferecendo ensino em todos os níveis, com alta qualidade em qualquer localidade do país. Além disso, permite a transmissão de aulas via satélite, estabelecendo interatividade com os alunos via internet. A modalidade de ensino, conhecida hoje como e-learning, é realidade há mais de 15 anos no Canadá, Itália, França, Alemanha e Estados Unidos. A partir de 1999, as universidades brasileiras iniciaram uma corrida contra o tempo para desenvolver ou adquirir a tecnologia necessária para implementar o ensino a distância.

> Deve começar a funcionar este ano a Universidade Aberta do Brasil

Deve começar a funcionar este ano a Universidade Aberta do Brasil, que reunirá um conjunto de universidades públicas que deverão oferecer mais 90 mil vagas em todo o país. A expectativa é que o setor privado também amplie em cerca de 200 mil o número de vagas já ocupadas. Todas têm o mesmo público-alvo: alunos interessados em menor tempo, custos mais baixos e proximidade ao local onde estão. Além disso, a educação a distância atende às reais necessidades da maioria da população brasileira que hoje tem acesso ao ensino superior.

A penúria dos municípios

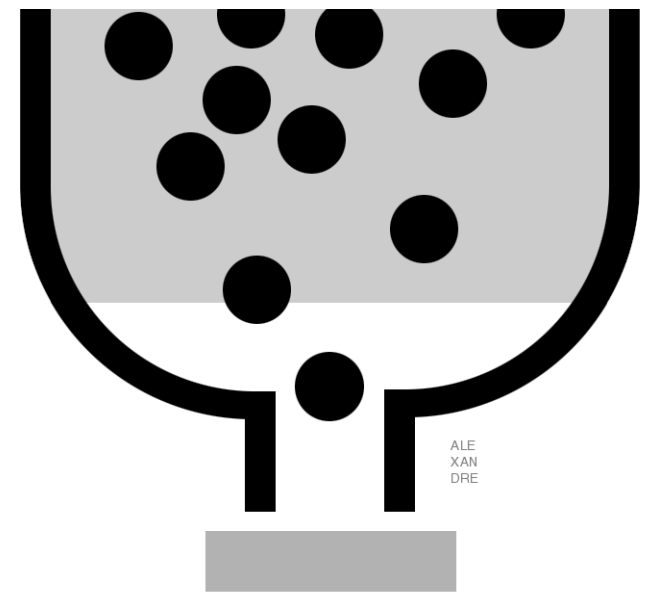
Marília Campos

Prefeita de Contagem

Há vários anos, os prefeitos marcham em direção a Brasília em busca de mudanças na legislação que promovam uma distribuição mais justa dos recursos arrecadados pela União, para que possam reduzir as dificuldades apresentadas por um problema comum, a situação precária em que se encontram as administrações municipais, com um alto nível de endividamento e escassez de recursos, dificultando o funcionamento satisfatório dos serviços públicos e a implementação de seus programas de governo. Na primeira marcha, em 1998, os prefeitos reivindicavam, entre outras, o aumento do percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a renegociação das dívidas dos municípios, a municipalização da receita do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o alongamento do prazo para pagamento dos precatórios. As dificuldades enfrentadas pelos prefeitos, que não tiveram seus pleitos atendidos, foram agravadas por perdas constantes da participação dos municípios na distribuição da arrecadação federal. Estes fatos fizeram que se apresentasse como relevante que os gestores municipais promovessem as condições para o incremento da arrecadação própria.

A exploração de maneira adequada do potencial de geração de receitas próprias exigiu que os gestores municipais adotassem um conjunto de medidas políticas, organizacionais e administrativas. Os municípios passaram a ter grande importância relativa na arrecadação nacional, triplicando suas receitas próprias no período pós-Constituinte. Mas, diante de uma perspectiva de permanente insuficiência de recursos para investir em serviços públicos de qualidade, com demandas sociais crescentes, os prefeitos não têm alternativa a não ser a de retomar as reivindicações da primeira marcha a Brasília do final da década de 1990.

Retornando aos princípios do pacto federativo, contemplados na Constituição e, buscando os parâmetros da distribuição dos recursos da União adotados naquele momento histórico, provavelmente encontraremos alterações significativas que justifiquem as dificuldades financeiras enfrentadas pelos atuais prefeitos municipais. A receita tributária da União em 1988 era constituída, principalmente, pelos recursos arrecadados com o Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e, representava 74,4% das receitas correntes; em 1990, reduziu sua participação para 46,4%; em 1995, caiu para 37,6%; em 2002, para 31,5%; e em 2006, até outubro, 28,9%. De outra forma, as receitas de contribuições que não são partilhadas com os municípios, tomaram uma evolução inversa, partindo de uma participação de 18,2% da receitas correntes em 1988 para 54,1% em 2006.



> Constituição determina as responsabilidades de cada ente federado e a forma de partilha dos recursos da União a serem transferidos aos governos subnacionais

A análise da evolução histórica da arrecadação federal demonstrou um desequilíbrio entre um significativo aumento da receita de contribuições e uma expressiva redução relativa na arrecadação do IR e IPI, que compõem a base de cálculo do FPM. A estratégia de política econômica utilizada nos últimos anos, com a desoneração gradativa na tributação dos produtos sujeitos ao IPI, com a correção da tabela do IRPF acima dos índices da inflação e, de outra forma, com a ampliação da base de arrecadação das contribuições, terá como conseqüência uma significativa redução das transferências do FPM e uma concentração tributária em favor da União.

A Constituição de 1988 determinou as responsabilidades de cada ente federado e a forma de partilha dos recursos da União a serem transferidos aos governos subnacionais, de maneira a proporcionar o equilíbrio entre as atribuições recebidas e os recursos necessários para atender aos encargos das responsabilidades assumidas por determinação constitucional. Naquele momento, do valor arrecadado pela União, com o IR, o IPI e as Contribuições, 20,4% eram repassados aos municípios. Após sucessivas alterações na legislação e seguindo uma política econômica de concentração de receitas em poder da União, em 2005, foram distribuídos apenas 9,9%, que representa menos da metade do valor transferido em 1988. Para que os municípios tenham novamente os recursos necessários e proporcionais àqueles propostos quando da promulgação da Constituição Cidadã, o FPM deverá ser composto pelos mesmos 20,4% do valor arrecadado pela União com o IR, o IPI e as contribuições, resgatando o verdadeiro sentido de pacto federativo.

A reforma tributária retorna ao debate político e o que se apresenta como proposta a ser aprovada no Congresso é um possível aumento de 22,5% para 23,5%, na fatia pertencente aos municípios no bolo da arrecadação da União (FPM), mantendo apenas o IPI e o IR na base de cálculo das transferências. Diante desta possibilidade, apresenta-se como relevante que os gestores municipais conheçam o que representará efetivamente esta medida como proposta de incremento da receita dos municípios. Esta proposta de aumentar o índice do FPM, de 22,5% para 23,5%, proporcionará um incremento 4,44% no valor das transferências aos municípios. Entretanto, um aumento de apenas 1% no índice, aplicado sobre uma base de cálculo defasada em mais de 100%, não resgatará os propósitos constitucionais de justiça na distribuição dos recursos da União entre os entes federados, visto que, 1% de pouco é nada. (*Com Dalmy Freitas de Carvalho, professor da PUC Minas, auditor fiscal de Contagem*)

Fundeb salvador?

Padre Geraldo Magela Teixeira

Reitor do Centro Universitário UNA

A grande imprensa tem falado muito a respeito dos governos reeleitos que correm o risco de, por mais quatro anos, fazer as mesmas coisas que fizeram. Seria o tempo do "mais do mesmo". Creio que é preciso, seguindo a sábia doutrina de Aristóteles, antes de misturar, distinguir. Temos casos muito distintos. No caso específico da República e do Estado, além das diferenças de funções, aconteceram trajetórias diferenciadas. O presidente Lula assumiu o governo no final de uma crise internacional, mas reconhecendo que os fundamentos da economia estavam colocados com o restabelecimento do respeito a um símbolo nacional, a moeda, manteve a política econômica e, tocado por iluminada intuição, colocou o conjunto do governo para cuidar da multidão dos mais pobres. Não vou entrar no mérito da discussão levantada por Roberto Damatta entre cuidar e governar. Grosso modo, acho que o presidente fez o possível naquele momento para a parte mais sofrida da população e por isso recebeu a benção dos votos e da vitória. Por sua vez, Aécio Neves encontrou o estado por longos anos descuidado e maltratado e teve que fazer ajustes corajosos, o que chamou de choque de gestão. O povo, na sua sabedoria, entendeu e renovou a confiança com votos e vitória.

No campo da educação, o governo federal aperfeiçoou o sistema de avaliação e pôs em pé uma extraordinária inovação: o ProUni. No mais, foram apenas os rojões da inauguração de universidades inexistentes e de uma reforma universitária que nada reforma, a não ser na linguagem pedante e ideologicamente correta. Aécio, mesmo administrando migalhas, esticou por um ano o ensino fundamental, distribuiu livros e continuou a formar, com o Projeto Veredas, os professores leigos. Coisa rara, com o pagamento em dia.

Nos discursos de posse, ambos prometeram ensino de qualidade, sendo o governador mais contido, pois todo o viés de seu discurso pautou-se no pacto federativo. Mas ambos, e juntamente com eles os prefeitos, estão apostando todas as fichas no Fundo para o Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). E é aí que vão começar os problemas: 1º) o Fundeb tem um lento cronograma de implantação, que deverá ultrapassar 2010; 2º) sua implantação depende de uma ampla discussão sobre divisão dos recursos, envolvendo União, estados e municípios. É uma etapa difícil e não sabemos se as partes sairão satisfeitas; 3º) não parece muito claro o volume de recursos que estarão disponíveis, mas tenho medo de que equipamentos tomem o lugar do principal, que é a busca de uma competitividade para os salários dos professores. O presidente, por exemplo, prometeu computadores para toda a rede pública, mas sabemos que mais de 40 mil escolas não têm sequer energia elétrica para conservar a merenda escolar em freezer; que das 186 mil escolas de ensino fundamental e médio existentes no país, 34 mil não tinham energia elétrica em 2003, data do último censo escolar; e que só 15% das escolas municipais têm computadores.

Há um problema: se os computadores, os livros didáticos e o transporte dos alunos forem financiados pelo Fundeb, não teremos melhorias salariais substantivas. E repito à exaustão que o primeiro passo para uma escola de qualidade é um salário decente. O professor, a professora, não podem se preocupar com salário. Não precisam ganhar fortunas, mas o salário deve ser suficiente para se chegar ao fim do mês sem estar entre as suas preocupações. A escola não pode ser o último refúgio para empregos, mas as vagas ali devem ser disputadas pelos mais competentes, mais comprometidos com o sonho de um país decente.

S/A ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

ASSOCIADOS MINAS

SEDE

TELEFONE GERAL: (31) 3263-5000

Avenida Getúlio Vargas, 291, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Cep 30112020

ANJ Associação Nacional de Jornais

Filiado ao Instituto Verificador de Circulação IVC

TELEFONES DE APOIO

Redação (31) 3263-5330

Editorias:
Gerais (31) 3263-5244
Política (31) 3263-5293
Economia e Agropecuário (31) 3263-5103
Esportes (31) 3263-5313
Internacional (31) 3263-5036
Opinião (31) 3263-5373
Cultura - TV - Pensar e Divirta-se (31) 3263-5126
Fotografia (31) 3263-5214
Turismo (31) 3263-5333
Informática (31) 3263-5360
Veículos (31) 3263-5078
Bem Viver, Gurilândia, D+ e Guia de Negócios (31) 3263-5048
Feminino & Masculino (31) 3263-5260

PARA ASSINAR LIGUE

Belo Horizonte (31) 3263 5800
Outras Localidades 0800 31 5005

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Belo Horizonte (31) 3263 5800
Outras Localidades 0800 31 5005

DISTRIBUIDOR DE ASSINATURAS INTERIOR

0800 31 5005

SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VENDA AVULSA

Capital e Contagem - (31) 3263 5830
Interior de Minas Gerais - 0800 - 283 - 5062
Telefax - Circulação: (31) 3263 5961

PARA ANUNCIAR LIGUE

Classificados Pequenos Anúncios Fonados (31) 3228 - 1661

Departamento de Cobrança: (31) 3263 - 5421

TABELA DE PREÇOS

Localidade	VENDA AVULSA (R$) 2ª a sábado	Domingos	Preço de capa	ASSINATURA MODALIDADE SEMESTRAL - C/ENTREGA DIÁRIA Preço promocional (R$) À vista Boleto ou débito automático	6X Boleto bancário	6X Débito automático
MG - Capital e interior	2,00	3,00	64,90	263,40	47,40	43,90
SP, DF e Goiânia	2,00	3,00	64,90	263,40	47,40	43,90
RJ - Capital	2,00	3,00	64,90	263,40	47,40	43,90
RJ - Interior	3,00	4,00	64,90*	263,40*	47,40*	43,90*
ES - Capital e interior	3,00	4,00	64,90*	263,40*	47,40*	43,90*
BA - Capital e interior	4,00	5,00	64,90*	263,40*	47,40*	43,90*

** As assinaturas que seguem através do correio serão acrescidas da respectiva taxa de correio*

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

SUCURSAL SÃO PAULO - Rua Funchal, 411- 2º andar - sala 23 - Vila Olímpia
Tel: (11) 3045-4921 - Fax: (11) 3055-2110 - e-mail : sucursal.sp@uai.com.br
SUCURSAL RIO DE JANEIRO - Rua do Livramento, 189 - 8º andar - Sala 24 - Saúde
Tel : (21) 2263-1945 – Fax: (21) 2263-2045 – e-mail: sucursal.rj@uai.com.br

AGÊNCIAS

O ESTADO DE MINAS trabalha com as seguintes agências de notícias:
Agência Estado, Agência O Globo, Agência Folha, France-Presse, Reuters e Ansa.